

Exmo. Senhor Produtor Pecuário

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 64.º do Decreto-Lei 81/2013, de 14 de Junho, os titulares das atividades pecuárias das classes 1 e 2 que solicitaram a sua regularização ou a sua reclassificação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 214/2008 ou pelo Decreto-Lei n.º 81/2013, “devem obrigatoriamente apresentar o Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (PGEP), nos termos da Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho, no prazo de seis meses”, tendo em vista o cumprimento das normas de gestão dos efluentes pecuários.

Tendo em consideração que o Decreto-Lei n.º 81/2013 entrou em vigor a 15 de junho, o prazo anteriormente previsto termina em **16 de dezembro de 2013**.

Lembramos que a obrigação de apresentar um Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (PGEP) é requerida para todas as explorações da classe 1 ou 2 em cujas atividades seja prevista a produção de mais de 200 m³ de chorumes ou 200 toneladas de estrumes por ano.

Estes valores são determinados com base na tabela do Anexo 2 do Código de Boas Práticas Agrícolas:
[http://www.dgadr.mamaot.pt/images/docs/reap/50 Anexo%20 II CBPA Comp osicao Estrumes Chorumes.pdf](http://www.dgadr.mamaot.pt/images/docs/reap/50_Anexo%20II_CBPA_Comp osicao_Estrumes_Chorumes.pdf)), em função da espécie animal e do tipo de efluentes que são produzidos.

Neste âmbito, relembra-se a oportunidade de entregar atempadamente o seu PGEP na DRAP territorialmente competente, tanto mais que o não cumprimento desta obrigação é punível com base na alínea I) do artigo 46º do Decreto-Lei nº 81/2013, para além de eventuais sanções acessórias previstas no Artigo 47.º do mesmo diploma.

Para mais informações contacte a Divisão de Licenciamento da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.